



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 256/2014 (Autoria do Deputado Caíto Quintana)

Concessão de Título de Cidadão Honorário do Estado
do Paraná ao Senhor José Joaquim Oliveira Monte.

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do
Paraná ao Senhor José Joaquim Oliveira Monte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente



Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei nº 403/2014
(Autoria do Tribunal de Justiça)**

Elevação de entrância da Comarca de Pinhão, criação de uma Vara Judicial com o desmembramento do Juízo Único, criação de uma Seção Judiciária, alteração da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adoção de outras providências.

Art. 1º Eleva da entrância inicial para entrância intermediária a Comarca de Pinhão, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º Cria uma Vara Judicial na Comarca de Pinhão, alterando o art. 263 da Lei nº 14.277, de 2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XLI, com a seguinte redação:

"XLI - na Comarca de Pinhão:

a) a 2ª Vara Judicial."

Art. 3º Altera o inciso II do art. 264 da Lei nº 14.277, de 2003, que passa a vigorar acrescido da alínea "o", com a seguinte redação:

"o) Pinhão."

Art. 4º Cria a 71ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Pinhão, de entrância intermediária, integrada pela própria Comarca.

Parágrafo único. A 40ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Palmas, de entrância intermediária, e pela Comarca de Clevelândia, de entrância inicial.

Art. 5º Cria um cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Pinhão, de entrância intermediária e um cargo de Juiz Substituto para a 71ª Seção Judiciária.

Art. 6º Cria um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Comarca de Pinhão, nos termos da Lei nº 16.957 de 5 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* deste artigo é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 7º Altera os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V e IX, Tabela 1, da Lei nº 14.277, de 2003.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator 









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 404/2014
(Autoria do Tribunal de Justiça)

Acréscimo do art. 299A no Capítulo Único do
Título I do Livro VI da Lei nº 14.277, de 30 de
dezembro de 2003 - Código de Organização
e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Acrescenta o art. 299A no Capítulo Único do Título I do Livro VI da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 299A Os titulares das serventias notariais e de registros alcançados por atos de desmembramento ou de desdobramento terão direito de opção, no prazo de vinte dias, contados da publicação da lei ou do ato que deu origem, decaindo desse direito, se não exercido nesse prazo, permanecendo, portanto, no mesmo serviço.

§ 1º Se o ato de desmembramento ou de desdobramento atingir mais de um titular de serviço notarial e de registro, prevalecerá a opção manifestada por aquele que tenha mais tempo de serviço público.

§ 2º Em caso de empate terá preferência o mais idoso.


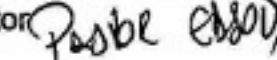
§ 3º Ressalva ao preterido o direito de optar pela serventia remanescente, no prazo de cinco dias contados da data da publicação do acórdão do Conselho da Magistratura, independentemente de nova intimação.

§ 4º As normas para processamento e tramitação dos pedidos de opção serão definidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho da Magistratura."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator 


Joelito


Toninho

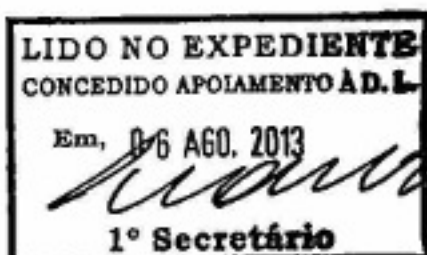

Roberto Luperon



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 340/L3




SÚMULA: Insere no calendário oficial do Estado do Paraná o Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá "PARANAGUÁMOTOS", conforme especifica.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá "PARANAGUÁMOTOS", a ser realizado anualmente no primeiro final de semana de agosto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2013.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o **Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá "PARANAGUÁMOTOS"**, a ser realizado anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto.

Nesta data o município de Paranaguá se torna vitrine para motociclistas de todo o Brasil e de países vizinhos. O Encontro movimentará todo o Litoral, gerando renda e promovendo as belezas naturais de nossas praias.

A cada edição o evento se torna maior, mostrando a força, a responsabilidade e a competência do Moto Clube Robalos Rebeldes, que em parceria com segmentos do poder público e da iniciativa privada promove esta grandiosa festa.

Sendo assim, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, na aprovação do deste projeto.

R



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 340/2013

Projeto de Lei n.º 340/2013

Autores: Deputado Rasca Rodrigues

SÚMULA: Insere no calendário oficial do Estado do Paraná o Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá "PARANAGUÁMOTOS", conforme especifica.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O ENCONTRO INTERNACIONAL DE MOTOCICLISTAS DE PARANAGUÁ "PARANAGUÁMOTOS". POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá, denominado de "PARANAGUÁMOTOS", a ser realizado anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela
LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto
de lei.

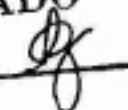
Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR





APROVADO
14/04/14 





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N. 133/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 MAR. 2014

1º Secretário

SÚMULA: Denomina o trecho da Rodovia PR-160 que liga o Município de Imbaú ao Município de Reserva, de Rodovia Antônio Eduardo de Brito.

A Assembléia Legislativa do Paraná decreta:

Artigo 1º - Fica denominado de **RODOVIA ANTÔNIO EDUARDO DE BRITO**, o trecho da Rodovia PR-160, que liga o Município de Imbaú ao Município de Reserva.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões em 17 de março de 2014.

Reinhold Stephanes Junior

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Justifica-se o pleito, tendo em vista a importância que o teve o homenageado para a região como homem público.

Antônio Eduardo de Brito foi prefeito do Município de Ortigueira, onde teve destaque na Sociedade como empresário bem sucedido e homem preocupado com as causas Sociais.

Segue:

- Indicação Legislativa sob nº 1790/2013 aprovada (anexo).
- Informação do Departamento de Estradas de Rodagem sob nº de informação 028/2013 (anexo) nada obstando que o trecho rodoviário seja denominado de Rodovia Antônio Eduardo de Brito.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 133/2014

Projeto de Lei nº 133/2014

Autores: Deputado Stephanes Junior.

Súmula: Denomina o trecho da Rodovia PR-160 que liga o Município de Imbaú ao Município de Reserva, de Rodovia Antônio Eduardo Brito.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O TRECHO DA
RODOVIA NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo denominar "Rodovia Antônio Eduardo de Brito", o trecho da PR-160, que liga o Município de Imbaú ao Município de Reserva.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da Constituição do Estado determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, cumpre-nos destacar o artigo 238 da Constituição Estadual, que estabelece a vedação a alterações de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Destaca-se, ainda, a Lei Estadual n.º 8761/88, que por sua vez também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

No entanto, diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, o presente Projeto de Lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta Casa.

Por fim, o projeto de lei em análise está de acordo com a Lei Complementar n.º 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



CONCLUSÃO

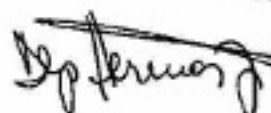
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 20 de maio de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


Tercílio Turini
Dep. Turini


TERCÍLIO TURINI
Relator


Dep. Tercílio

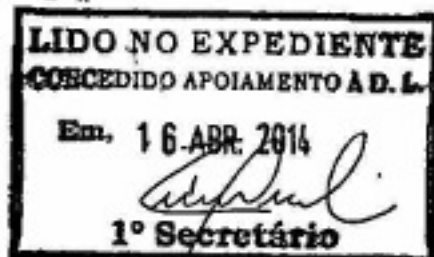

Dep. Pastor


Dep. Weber

APROVADO
27/05/14 B



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 183/2014

Concede ao Município de Fazenda Rio Grande o título de Capital Estadual do Pneu.

Art. 1º Concede ao Município de Fazenda Rio Grande o título de Capital Estadual do Pneu.

Parágrafo único. A denominação de que trata o *caput* do art. 1º será referencial de identidade do Município de Fazenda Rio Grande para a captação de recursos ou investimentos referentes à fabricação de pneus ou assemelhados.

Art. 2º A partir da publicação desta Lei, o Município de Fazenda Rio Grande passará a integrar, como Capital do Pneu, o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2014.

FRANCISCO BUHRER
Deputado Estadual

VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de requerimento aprovado pela Câmara de Vereadores de Fazenda Rio Grande, de autoria dos vereadores Elidio Jose Segala Carneiro (Ratinho) e Silvestre Savitzki, para conferir ao município o título de Capital do Pneu.

Este título tem como base a inauguração da fábrica da Sumitomo Rubber do Brasil.

A Sumitomo Rubber do Brasil (SRB) é subsidiária da Sumitomo Rubber Industries (SRI), fundada em 1909 e primeira fabricante de pneus do Japão. Atualmente o Grupo Sumitomo Rubber é o quinto maior produtor de pneus no mundo.

A pedra fundamental da empresa foi erguida em janeiro de 2012 com a presença dos Srs. Carlos Alberto Richa, Governador do Estado do Paraná; Flavio Arns, Vice-Governador do Estado do Paraná; Ikuji Ikeda, Presidente Mundial do Sumitomo Rubber Group; Ippei Oda, Presidente da Sumitomo Rubber do Brasil, e outras autoridades.

Em 3 de outubro de 2013 a fábrica foi oficialmente inaugurada, em cerimônia realizada em sua planta industrial, com a presença das mesmas autoridades mencionadas acima.

Até 2013 foram investidos quase R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Novos investimentos em expansão estão em curso e ainda novas ampliações estão previstas, com conclusão total da planta até 2020.

Atualmente, a capacidade instalada é de 3.250 (três mil duzentos e cinquenta) pneus/dia, com previsão de aumento para 7.500 (sete mil e quinhentos) pneus/dia até o final de 2014 e 15.000 (quinze mil) pneus/dia até o final de 2016.

A SRB emprega, hoje, 705 (setecentos e cinco) pessoas, com folha salarial de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) por mês. Está em franca contratação de novos empregados, devendo encerrar 2014 com aproximadamente 900 (novecentos) empregados. Atualmente, 20% (vinte por cento) da força de trabalho reside em Fazenda Rio Grande, e essa proporção tende a aumentar com as novas contratações.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa



Importante registrar ainda que o município, com apenas 23 (vinte e três) anos de emancipação política, deixou de ser constituído somente por agricultores e olarias, bem como cidade dormitório, tornando-se um grande polo industrial, impulsionado pela localização geográfica privilegiada.

Quanto à constitucionalidade e legalidade do presente Projeto, vê-se que esta Casa de Leis já reconheceu a possibilidade e competência do parlamentar apresentar tal matéria nos Projetos de Lei nº 641/2013, nº 424/2010 e nº 281/2009.

Sendo assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei objetivando declarar o Município de Fazenda Rio como Capital do Pneu do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



REQUERIMENTO




Regime de Urgência para
discussão e votação do
Projeto de Lei nº. 183/2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do **Projeto de Lei nº. 183/2014**, que concede ao Município de Fazenda Rio Grande o Título de Capital Estadual do Pneu.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2014.


Deputado Valdir Rossini
Presidente

20-OUT-2014 13:56 004988 1/1
DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 20/10/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 183/2014

Projeto de Lei nº. 183/2014

Autor: Deputado Valdír Rossoni e Deputado Francisco Buhner.

Súmula: Concede ao Município de Fazenda Rio Grande o título de Capital Estadual do Pneu.

EMENTA: DENOMINAÇÃO TEMÁTICA POR AÇÃO LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ COMO CAPITAL ESTADUAL DO PNEU. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Valdír Rossoni e Francisco Buhner, tem por finalidade denominar o Município de Fazenda Rio Grande, no Estado do Paraná, de Capital do Pneu.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Paulo

Dep. Carlos

Dep. Roberto
Alexandre

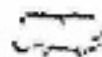

Dep. Traiano

APROVADO

21/10/2014


Dep. Pedro

Dep. Roberto



PROJETO DE LEI

381/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, de porção de terreno correspondente a 628,81 m², do imóvel localizado na Rua Professora Amazília, 747, no Município de União da Vitória, que integra área maior de 2.889,20 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 35.500 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, à construção e funcionamento da Unidade Regional do EMATER no citado Município, retomando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º O Cessionário deverá iniciar as obras de construção dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão de uso.

Art. 4º A presente cessão de uso terá vigência de vinte e cinco anos.

◊ **Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

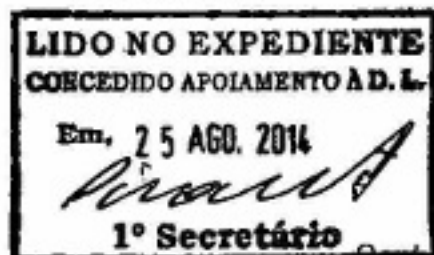
MENSAGEM

Nº 076/2014

Curitiba, 18 de agosto de 2014.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

- I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 19/08/2014

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, de porção de terreno correspondente a 628,81 m², do imóvel localizado na Rua Professora Amazília, 747, no Município de União da Vitória, que integra área maior de 2.889,20 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 35.500 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, à construção e funcionamento da Unidade Regional do EMATER no citado Município, retomando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o Cessionário deverá iniciar as obras de construção dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão de uso e que a referida a cessão de uso terá vigência de vinte e cinco anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.167.293-4



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei n. 381/2014, de autoria do Poder Executivo - mensagem nº 76/2014 na sua origem - que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CESSÃO DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL."

Relator: Deputado PEDRO LUPION

i. Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº381/2014, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 76/2014 em sua origem, o qual tem como objetivo autorizar a cessão de uso ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do imóvel sob Transcrição das Transmissões n. 35.500, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR, constituído de uma área total de 628,81 m², de propriedade do Estado do Paraná.

Uma vez encaminhada a esta Comissão, nos termos regimentais, designou-se o Parlamentar que subscreve o presente como Relator.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION

É O RELATÓRIO.



ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do art. 33-A¹, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), cabe à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.

Em relação a iniciativa do presente PL, de se destacar que o artigo 65² da CE atribui, inclusive, ao Governador a iniciativa de Leis. No mesmo sentido dispõe o artigo 124³ do RIALEP.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição considerando que o presente PL coaduna com o artigo 10º da Constituição Estadual, *in verbis*:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores.

² Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

³ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Não restando, assim, qualquer inconstitucionalidade quer seja formal ou material a ser apontada no presente PL.

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Por todo o exposto, considerando estarem presentes todos os requisitos, aos quais competem a esta Comissão apontar para a regular tramitação da matéria **voto pela APROVAÇÃO** do presente PL.

É O VOTO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION

iii. Conclusão

Em face do exposto, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 381/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, ____ de ____ de 2014.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Dep. Lupion

Dep. Camargo

Dep. Tadeu
Dep. Romanos
Dep. Carlos

Dep. Traiano
Dep. Tadeu

Dep. Pastor

APROVADO

07/10/14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 381/2014

Projeto de Lei nº 381/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 076/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 381/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 076/2014**, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, de porção de terreno correspondente a 628,81 m², do imóvel localizado na Rua Professora Amazília, 747, no Município de União da Vitória, que integra área maior de 2.889,20 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 35.500 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 381/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de União da Vitória, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente à construção e ao funcionamento da Unidade Regional do Emater em União da Vitória. Lembrando que esta região apresenta-se com uma população de cunho predominantemente agrícola, necessitando de apoios e sedes de atendimentos como o do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, que traz um apoio significativo de assistência para toda a população. Uma ação que fortalecerá a atenção básica de assistência rural e a valorização das ações com um imóvel para construção desta sede local, merecendo uma atenção especial em seu mérito aqui analisado.

Este será um investimento por intermédio do Governo do Estado, com a cessão de uso de um imóvel que priorizará de forma direta a construção e o funcionamento da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Unidade Regional do Emater em União da Vitória, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 381/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 076/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a construção e funcionamento da Unidade Regional do Emater em União da Vitória, obedecendo um prazo para início das obras estabelecido dentro do período de um ano, de forma específica e devidamente justificada, implicando na revogação automática da cessão de uso deste imóvel, em caso do descumprimento da presente determinação.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 381/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população de âmbito especificamente Rural. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, permitindo a construção e o funcionamento da Unidade Regional do Emater em União da Vitória, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de União da Vitória e região, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 381/2014**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 13 de outubro de 2014.*

Sofos G.
Francisco Bührer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Elton Welter
TERCÍLIO TURINI
Relator
Pastor Edson Praczyk
Adelino Ribeiro
Teruo Kato

Página 3 de 3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 388/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 AGO., 2014

1º Secretário

Revogação da Lei nº 11.130, de 5 de julho de 1995, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga a Lei nº 11.130, de 5 de julho de 1995, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

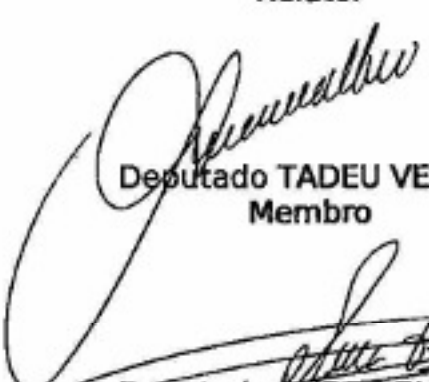
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

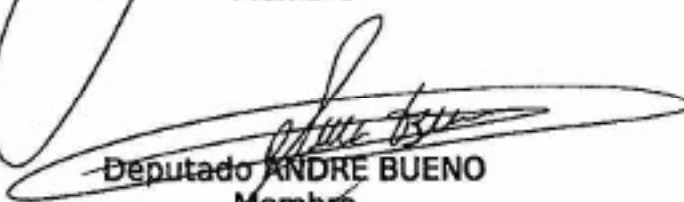
Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente



Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro


Deputado TADEU VENERI
Membro


Deputado TERCILIO TURINI
Membro


Deputado ANDRE BUENO
Membro


Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.130, de 5 de julho de 1995, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina. Entretanto, devido à extinção da Associação – em Assembleia do dia 15 de dezembro de 2013, foi solicitado o cancelamento da Lei, nos termos do Ofício nº 07/2014, de 24 de março de 2014.

Considerando a documentação acostada justifica-se a necessidade de revogação da supracitada Lei.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 388/2014

Projeto de Lei nº. 388/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga da Lei nº 11.130, de 5 de Julho de 1995, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 11.130/1995, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 11.130/1995. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antonio da Platina, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Esta Lei concedeu o título de Utilidade Pública a Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antonio da Platina, entretanto ocorreu a extinção desta associação, justificando a necessidade de revogação da Lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

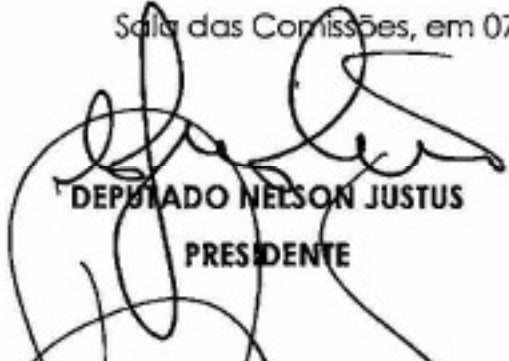
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 388

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Luciano


Dep. Luciano

Dep. Carlos


Dep. Pastor
APROVADO
07/10/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 389/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 AGO. 2014

1º Secretário

Revogação da Lei nº 14.786, de 15 de julho de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga a Lei nº 14.786, de 15 de julho de 2005, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos da Pastoral da Criança – Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 14.786, de 15 de julho de 2005, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos da Pastoral da Criança – Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. Entretanto, devido à extinção da Associação – em Assembleia do dia 16 de junho de 2014, foi solicitado o cancelamento da Lei, nos termos do Ofício nº 02/2014, de 25 de julho de 2014.

Considerando a documentação acostada no protocolado nesta Casa sob nº 6959/2014, justifica-se a necessidade de revogação da supracitada Lei.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 389/2014

Projeto de Lei nº. 389/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga da Lei nº 14.786, de 15 de Julho de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 14.786/2005, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 14.786/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança – Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Esta Lei concedeu o título de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança – Diocese de Guarapuava, entretanto ocorreu a extinção desta associação, justificando a necessidade de revogação da Lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

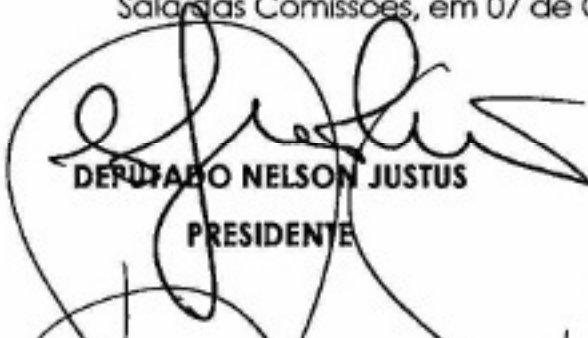


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.


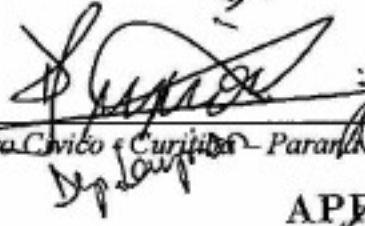


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Salas das Comissões, em 07 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

07/10/14